

Projetão já não assusta bancadas do PFL e PDS

HELENA CHAGAS

BRASÍLIA — O projetão de perfil neoliberal enviado pelo Governo ao Congresso começa a surtir efeito nas bancadas de sustentação do Palácio do Planalto. De perplexas e assustadas com o Plano Collor II, elas passaram a achar que o Presidente Collor voltou à trilha original. Parlamentares do PFL e do PDS, que, logo após a edição do plano, manifestaram desagrado com as medidas e chegaram a constituir focos de rebelião, hoje se dizem mais tranqüilos.

— Esse projetão serviu para tranqüilizar os setores mais liberais. Parece que o Governo voltou ao caminho — acredita o Deputado Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA), referindo-se a propostas que dão ênfase à privatização

e ao capitalismo moderno.

— Um dos aspectos favoráveis é a reafirmação do ideário modernizante liberal, além de tentar atrair o Congresso para uma reflexão mais profunda sobre reformas estruturais necessárias — complementa o Deputado Roberto Campos (PDS-RJ).

No PFL, que dirigira uma saíada de críticas ao plano, o clima começa a se desanuviar. O Líder Ricardo Fiúza, que jamais escondeu sua repulsa ao congelamento e defendia a aprovação unicamente para que o Congresso não fosse responsabilizado por eventual fracasso, não se cansa de repetir que o projetão é moderno e defende suas propostas com boa vontade. Luiz Eduardo Magalhães, que no dia da edição do plano se confessara assustado, também se mostra mais receptivo ao projetão.

No PDS, o principal foco de insatisfações formou-se em torno dos ex-Ministros Roberto Campos e Delfim Netto e até reuniu metade da bancada. Agora, o Líder Vítor Faccione anuncia que a bancada vê com simpatia a discussão do projetão e Campos aponta o retorno de Collor ao seu programa de governo, que agora aparece detalhado.

— Com o Plano Collor II, receava-se um abandono dos postulados de mercado, mas parece que há uma reafirmação desses postulados — disse Campos.

O ex-Ministro acha, porém, que o problema do Brasil “é substituir o discurso pelo exemplo” e que o problema do Governo não é de discurso, mas sim de coerência.

— Como conciliar isso com o alargamento do controle de preços? — indaga Campos.